



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10930.907066/2011-46
Recurso nº Voluntário
Resolução nº **3402-001.422 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária**
Data 26 de setembro de 2018
Assunto PIS
Recorrente MOINHO GLOBO ALIMENTOS S/A
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do Recurso em diligência, nos termos do voto do relator.

Waldir Navarro Bezerra - Presidente.

(assinado digitalmente)

Diego Diniz Ribeiro- Relator.

(assinado digitalmente)

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Waldir Navarro Bezerra, Rodrigo Mineiro Fernandes, Diego Diniz Ribeiro, Maria Aparecida Martins de Paula, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Pedro Sousa Bispo, Renato Vieira de Ávila (suplente convocado) e Cynthia Elena de Campos. Ausente justificadamente a Conselheira Thais De Laurentiis Galkowicz, sendo substituída pelo Conselheiro Renato Vieira de Ávila (suplente convocado).

Relatório

1. Por bem retratar o caso em questão, emprego o relatório desenvolvido no acórdão n. 01-33.547 (fls. 135/140), desenvolvido pela DRJ de Curitiba/PR, o que passo a fazer nos seguintes termos:

Trata o processo de manifestação de inconformidade (fls. 07/15) apresentada em 18/01/2012, em face do indeferimento do pedido de restituição constante do Per/Dcomp nº 33689.40726.300605.1.2.04-1729, nos termos do despacho decisório emitido em 02/12/2011 pela DRF em Londrina/PR (rastreamento nº 13472600).

No aludido PER, transmitido eletronicamente em 30/06/2005, a contribuinte objetiva o reconhecimento de direito creditório no montante de R\$ 235,15 correspondente a uma parte do pagamento de PIS/Pasep efetuado em 15/08/2001, sob o código 8109, no montante de R\$ 16.250,57.

Segundo o despacho decisório, cientificado em 22/12/2011, a restituição não foi deferida porque o crédito pleiteado encontrava-se totalmente alocado ao débito de PIS/Pasep (8109) do período de apuração 07/2001.

Na manifestação apresentada, a interessada afirma que o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998 teve a sua inconstitucionalidade declarada pelo STF. Salaria que a manifestação contida no despacho decisório decorre de informação prestada em DCTF nos anos de 2000 a 2004, ou seja, consoante previsão legal então vigente. Acredita que a conclusão deve ser a de procedência do pedido, afinal, nos termos das decisões existentes as receitas não operacionais devem ser excluídas das bases de cálculo do PIS e da Cofins. Salaria que as declarações prestadas anteriormente devem ser revistas e diz que para ocorrer o deferimento bastará à Autoridade Julgadora proceder à análise das DCTF apresentadas, tendo por base planilha anexada à manifestação.

Aduz, adicionalmente, que a discussão principal contida no processo diz respeito à matéria de direito, “devendo o órgão julgador apreciar a procedência da tese”, intimando a contribuinte a provar o direito mediante prova documental.

Ao final, pede o acolhimento da manifestação de inconformidade.

À fl. 44 a DRF em Londrina atesta a tempestividade da manifestação.

(...).

2. Por seu turno, a impugnação acima aludida foi julgada parcialmente procedente pelo citado acórdão, o que se deu nos seguintes termos:

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Período de apuração: 01/07/2001 a 31/07/2001

PIS/PASEP. COFINS. ALARGAMENTO DA BASE DE CÁLCULO. DECISÃO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL.

Nos termos do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal do RE nº 585.235, submetido à sistemática do art. 543-B do CPC (repercussão geral), no regime cumulativo o PIS e a COFINS devem incidir somente sobre as receitas operacionais das empresas, escapando dessa incidência as receitas não operacionais.

ALARGAMENTO DA BASE DE CÁLCULO. PAGAMENTO INDEVIDO OU MAIOR QUE O DEVIDO. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO.

Eventual direito creditório decorrente de recolhimento indevido ou maior que o devido em virtude da declaração de inconstitucionalidade

de dispositivo relativo ao alargamento da base de cálculo do PIS e da Cofins cumulativos, deve ser comprovado mediante documentação hábil e idônea.

Manifestação de Inconformidade Procedente em Parte.

Direito Creditório Não Reconhecido.

3. Tendo em vista a aludida decisão, o contribuinte interpôs o presente recurso voluntário de fls. 60/74, oportunidade em alegou que a decisão proferida pela DRJ teria alterado o critério jurídico do despacho de indeferimento atacado, o que implicaria a nulidade da decisão proferida, bem como apresentou documentos fiscais que atestariam a validade do seu crédito (fls. 84/118).

4. É o relatório.

Resolução

Conselheiro Diego Diniz Ribeiro

5. Conforme se observa dos autos, em despacho eletrônico de fls. 05/06, o crédito vindicado pelo contribuinte foi indeferido ao fundamento que:

(...).

A partir das características do DARF discriminado no PER/DCOMP acima identificado, foram localizados um ou mais pagamentos abaixo relacionados, mas integralmente utilizados para quitação de débitos do contribuinte, não restando crédito disponível para restituição.

(...).

6. Todavia, já em sede de julgamento de manifestação de inconformidade, o acórdão ora atacado entendeu por manter o indeferimento, mas agora sob o seguinte fundamento:

(...).

No caso, como a contribuinte nada apresentou no sentido de efetivamente comprovar que na composição da base de cálculo da contribuição relativa ao aludido período de apuração estavam incluídas receitas compreendidas no alargamento da base de cálculo, não há como reconhecer o direito creditório buscado.

Em assim sendo, dada a ausência de provas sobre a liquidez e certeza do direito creditório pleiteado, entende-se que devem ser mantidos em todos os seus termos o Despacho Decisório contestado que, aliás, está fundamentado em informação prestada pela própria contribuinte em DCTF constante dos sistemas controlados pela RFB.

(...) (grifos constantes no original).

7. Diante deste quadro, o contribuinte apresentou os documentos fiscais de fls. fls. 84/118, os quais compreendem guias DARF, livro razão e planilhas, que atestariam que o crédito vindicado é realmente decorrente do inconstitucional alargamento da base de cálculo do

PIS e da COFINS veiculado pela lei n. 9.718/98 e rechaçado pelo STF no âmbito do julgamento do RE n. 585.235.

8. Percebe-se, portanto, que diante dos fatos aqui expostos e dos documentos acostados nos autos, é possível vislumbrar que de fato o contribuinte possui um crédito em seu favor. Logo, levando ainda em consideração que no âmbito do processo administrativo vigora o princípio da verdade material¹, e, ainda, com especial respeito aos valores da eficiência e da moralidade, que devem conformar as ações da Administração Pública, é salutar que o presente caso seja convertido em julgamento para que:

- a unidade preparadora, com base nos documentos acostados nos autos, **bem como outros que venha a solicitar junto ao contribuinte**, analise se de fato o crédito vindicado pelo contribuinte decorre do indevido pagamento de PIS e COFINS sobre receitas financeiras e, em caso positivo, detalhe analiticamente o impacto de tal crédito para o pedido formulado pelo contribuinte.

9. Elaborado o sobredito relatório fiscal, o contribuinte deverá ser intimado para, *facultativamente*, se manifestar a respeito em 30 (trinta) dias, exatamente como prescreve o parágrafo único do art. 35 do Decreto n. 7.574/2011.

10. É a resolução.

(assinado digitalmente)

Diego Diniz Ribeiro.

¹ "Registre-se, desde já, que este importante valor normativo não se assemelha a uma ferramenta mágica, como pretendem alguns, e, por óbvio, não tem a aptidão de "validar" preclusões e atecniais, nem de transformar tais defeitos em um processo administrativo "regular". Este tipo de interpretação a respeito do princípio da verdade material só se presta a apequenar esta importante norma. Assim, quando se fala em verdade material o que se quer exprimir é a possibilidade de reconstruir a relação jurídica de direito material conflituosa por intermédio de uma metodologia jurídica mais flexível, ou seja, menos apegada à forma, o que se dá pelas características peculiares do direito material vindicado processualmente, i.e., pela sua contextualização." (RIBEIRO, Diego Diniz. O CPC/2015 e seus reflexos no processo administrativo tributário. In: Paulo de Barros Carvalho, Priscila de Souza. (Orgs.). Racionalização do sistema tributário. São Paulo: Noeses, 2017, p. 219-240.).